



As prerrogativas da Advocacia Pública devem ser analisadas de maneira finalística, com atenção devida à razão de sua existência que, por sua vez, desponta com maior transparência na atuação cotidiana dos causídicos na defesa e na promoção do interesse público.

O combate à corrupção, o exercício independente da função pública e a maior eficiência na consecução do interesse público dependem necessariamente da existência e do resguardo de prerrogativas, por isso, a importância de seu estudo em suas diversas facetas e multidisciplinariedade de enfoques.

*Autor*

Luiz Henrique Sormani Barbugiani

## PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA PÚBLICA

*Área Específica*

Direito Administrativo

*Áreas Afins*

Direito Público

*Público-Alvo - Consumidores*

Advogados públicos em geral

*Prefácio*

Gilberto Giacoia

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000984

P922 Prerrogativas da advocacia pública: direitos não são benefícios, mas instrumentos da democracia para uma atuação eficiente e ética no trato da coisa pública / Coordenador: Luiz Henrique Sormani Barbugiani; prefácio de Gilberto Giacoia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

156 p.  
ISBN 978-85-450-0142-3

1. Direito administrativo. 2. Direito público. I. Barbugiani, Luiz Henrique Sormani. II. Giacoia, Gilberto.

CDD: 341.3  
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani (Coord.). *Prerrogativas da advocacia pública: direitos não são benefícios, mas instrumentos da democracia para uma atuação eficiente e ética no trato da coisa pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 156 p. ISBN 978-85-450-0142-3.

## SUMÁRIO

---

### PREFÁCIO

Gilberto Giacoia.....11

### APRESENTAÇÃO

Luiz Henrique Sormani Barbugiani.....15

### O ADVOGADO PÚBLICO E O CRIME DE DESOBEDEIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA PÚBLICA

Luiz Henrique Sormani Barbugiani.....17

Introdução.....17

Prerrogativas.....17

Crime de desobediência e o servidor público.....18

Considerações finais.....52

Referências.....53

### A ADVOCACIA PÚBLICA E O COMBATE À CORRUPÇÃO: DESTAQUE ÀS PREVISÕES DA LEI ANTICORRUPÇÃO

Leila Cuéllar, Clóvis Alberto Bertolini de Pinho.....55

I Introdução.....55

II Os Advogados Públicos nas Constituições brasileiras.....57

III O atual panorama jurídico-legal dos advogados públicos.....64

IV O papel de controle e fiscalização da regularidade dos procedimentos da Administração Pública.....70

V O papel da advocacia pública previsto na Lei Anticorrupção.....74

VI Considerações finais.....83

Referências.....84

## **O ADVOGADO PÚBLICO E A INVIOABILIDADE DE SEU INSTRUMENTAL DE TRABALHO**

Eroulths Cortiano Junior, André Luiz Arnt Ramos.....89

1 A OAB, a advocacia pública e a advocacia privada: prerrogativas.....89

2 A inviolabilidade do instrumental de trabalho como prerrogativa do advogado.....91

3 As peculiaridades da advocacia pública e seu instrumental.....94

4 Conclusões.....98

Referências.....99

## **IMUNIDADE PROFISSIONAL DO PROCURADOR E OS PARECERES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO**

Bruno Grego Santos.....101

Introdução.....101

1 Da natureza do parecer jurídico em procedimentos licitatórios e da responsabilidade dele decorrente.....102

2 Da ausência de poder decisório do advogado público.....108

3 A questão da responsabilidade por dolo ou erro grave.....112

Conclusões.....116

Referências.....117

## **A TUTELA CAUTELAR FISCAL COMO PRERROGATIVA DA FAZENDA PÚBLICA E INSTRUMENTO DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA**

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro.....119

1 Introdução.....119

2 Teoria geral da tutela cautelar.....120

3 A tutela cautelar fiscal.....123

3.1 Linhas gerais.....123

3.2 Mérito e técnica de efetivação da tutela cautelar fiscal.....127

4 Tutela cautelar fiscal como instrumento de justiça tributária: a interpretação constitucional da Lei nº 8.397/92.....130

5 Conclusão.....132

Referências.....133

# A CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLAÇÃO DAS PRERROGATIVAS DO ADVOGADO E A ADVOCACIA PÚBLICA

Ernesto Alessandro Tavares.....	135
1 Cenário contemporâneo.....	136
2 As prerrogativas do advogado e a advocacia pública.....	140
3 Prerrogativas da advocacia como bem jurídico penal.....	144
4 A necessidade de serem conciliadas as imunidades da magistratura, do Ministério Público e da advocacia.....	148
5 Considerações finais.....	151
Referências.....	152
SOBRE OS AUTORES.....	155